



O Defeso ilegítimo pela natureza: efeitos de uma imposição institucional sobre a reprodução social da comunidade pesqueira da Praia do Siqueira, Cabo Frio, RJ

Naetê Reis , Geraldo Timóteo , Tatiana Walter

O debate sobre os mecanismos de regulação ambiental, iniciado na década de 60, tornou-se polarizado nas décadas seguintes, entre processos decisórios centralizados e autoritários ou participativos e democráticos, espalhando-se em um espectro, de acordo com um maior ou menor grau de permeabilidade do Estado, na formulação e implementação de políticas públicas. Para a perspectiva centralizadora e autoritária, existe invariavelmente, um mau uso dos recursos naturais pela coletividade, exigindo o controle do Estado. Em contraposição, busca-se uma gestão ambiental, com enfoque na participação da sociedade civil, para conquista de espaços políticos, na tentativa de superação da tutela do Estado. Contudo, os atuais modelos não participativos, distanciam as políticas públicas das demandas comunitárias, tornando-as descoladas da realidade local, gerando conflitos e injustiças ambientais. Nesses cenários, a análise de conflitos socioambientais, perpassa pela identificação do conjunto de forças sociais atuantes, para que seja possível vislumbrar formas de enfrentamento. Assim, a pesquisa pretende analisar de forma geral, os conflitos enfrentados pela comunidade pesqueira da Praia do Siqueira, localizada às margens da Lagoa de Araruama em Cabo Frio (RJ), para o exercício de sua atividade, e de forma específica, os impactos sociais advindos da regulamentação do defeso do camarão. O período estipulado, proibindo a pesca de peixes e crustáceos, segundo os pescadores, não é adequado para o camarão, pois, nessa fase ele alcança tamanhos maiores e nos demais meses, se torna pequeno e escasso. A metodologia abarcará técnicas participativas, que permitam identificar a complexidade dos atores sociais envolvidos, como: grupos focais; método dos itinerários, entrevistas semi-estruturadas; pesquisa bibliográfica e exploratória. Foram realizados progressos nas pesquisas bibliográficas e exploratórias. Os dados sugerem que, apesar de documentos oficiais indicarem duas paralisações na Lagoa, visto as diferenças entre os ciclos de vida de peixes e crustáceos, houve uma decisão política, por privilegiar o ciclo do peixe. Os impactos sociais dessa medida, sobre a comunidade pesqueira, ainda não foram pesquisados, o que reforça a importância de se colocar em tela os conflitos existentes.

Palavras chaves: Participação Social, Pesca Artesanal, Gestão Ambiental Pública, Conflitos Ambientais

Instituição de fomento: FAPERJ/UENF